

Brasil tem cerca de 9,75 mil obras de escolas interrompidas, segundo MEC

?

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Sobe para 9,75 mil número de obras escolares interrompidas

Do total do país, 633 estão no RS. O FNDE, vinculado ao MEC, afirma que tenta evitar sangria ainda maior nos cofres públicos

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

Ainda em fevereiro a prefeitura de Porto Alegre deve decidir o que fará com as sete escolas inacabadas pertencentes ao município, tema que veio à tona após a nomeação de diretores para colégios inconclusos. A maioria das obras, todas financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao Ministério da Educação (MEC), sofreu interrupção a partir de 2015. A dúvida é se vale a pena continuar a construção. Caso contrário, o financiamento recebido do governo federal terá de ser devolvido.

O dilema está longe de atingir apenas Porto Alegre. Conforme dados obtidos pela reportagem, 9.755 projetos de escolas do FNDE estão parados ou foram cancelados. Em abril de 2021, o número era de 8.904 contratos abandonados. Em menos de um ano, o número de interrupções aumentou 9,56%. Outras 15,6 mil foram concluídas e 3,6 mil estão em execução. São contratos firmados entre 2011 (governo Dilma Rousseff) e 2017 (governo Michel Temer).

Classificação

As interrupções estão relacionadas no site do FNDE e são divididas em três tipos de obras: canceladas (aquelas em que a construção nem sequer começou e das quais a vigência do termo de compromisso entre os governos – federal e estadual/municipal – expirou), inacabadas (emprendimentos cuja construção começou, mas não foram concluídos dentro do prazo e o contrato terminou) e paralisadas (quando a gestão do contrato estabelecido entre os governos e as empresas executoras sofreu algum problema – na maioria dos casos, são obras em andamento, que podem vir a ter continuidade).

Dos 9.755 projetos interrompidos no país em 2021, a maioria (6.072) foi cancelada, a obra nem chegou a começar (mesmo quando foram repassados recursos). A seguir, vêm as inacabadas (2.634) e, por fim, as paralisadas (1.049). A maior parte das interrupções aconteceu durante trocas no go-



Grau de destruição e abandono na Moradas da Hípica, zona sul da Capital, para quem vê, torna difícil crer em aproveitamento do que foi construído

verno federal (sobretudo após o impeachment de Dilma).

O aumento das interrupções de 2020 para 2021 acontece após o governo federal adotar resolução que determina cancelamento de todas as obras não iniciadas até 2018. São aquelas que jamais tiveram início, cujos contratos só existiam no papel. Tenta, com isso, evitar sangria ainda maior nos cofres públicos, explica o FNDE.

As escolas paralisadas, inacabadas e canceladas receberam até agora cerca de R\$ 500 milhões em verbas federais. Outro tanto foi investido em contrapartidas dos municípios e Estados, num valor ainda não contabilizado.

Os gestores do FNDE não consideram perdidos esses recursos. Até dezembro de 2021 foram devolvidos pelos municípios e Estados R\$ 221 milhões, referentes a contratos cancelados. Outros R\$ 96 milhões foram remanejados de um projeto (cancelado) para outro (em vigor), sem perdas para os cofres públicos.

O FNDE não tem estimativa de quanto falta recuperar do que foi investido, mas ressalta que os pedidos de devolução de verba são objeto de ações administrativas e/ou tomadas de contas, para a correta devolução, podendo ocasionar, inclusive, condenação por improbidade administrativa.

O crescimento no abandono de escolas no Brasil ocorre também

no Rio Grande do Sul, onde o número de projetos escolares suspensos é hoje de 633 (6,49% do total de propostas interrompidas no país). Crescimento de 4,8% em relação a abril do ano passado, quando existiam 604 contratos interrompidos no Estado. Os gaúchos ocupam o sexto lugar neste ranking nacional de escolas abandonadas. Perdem para Pará, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco.

Avaliações

O FNDE tem convicção firmada de que, na maioria dos casos, vale a pena fazer gestão para a retomada de obras inacabadas. Só que isso, em muitos casos, exige repactuação do contrato (leia mais na página ao lado).

Opinião similar tem a Federação Nacional dos Municípios (FNM), dirigida pelo gaúcho Paulo Ziulkoski. Ele lembra que grande parte das canceladas não chegou a receber verba e, por isso, o prejuízo que representa é que a comunidade continua sem aulas. Já em relação às paralisadas e inacabadas, há grande perda financeira e a FNM defende a renegociação das prefeituras com o governo federal:

– Melhor finalizar as obras, ainda que com recursos próprios dos municípios. Evitaria deterioração do que já foi construído e a obrigação de devolver o que já foi transferido pelo governo federal.

A situação

OS ESTADOS E AS ESCOLAS INTERROMPIDAS

Estado	Inacabadas	Paralisadas	Canceladas	Total
Acre	7	19	69	95
Alagoas	69	12	122	203
Amazonas	145	46	284	475
Amapá	27	7	83	117
Bahia	283	97	537	917
Ceará	182	54	241	477
Distrito Federal	0	0	101	101
Espírito Santo	7	8	60	75
Goiás	67	93	330	490
Maranhão	474	131	232	837
Minas Gerais	111	154	514	779
Mato Grosso do Sul	25	10	45	80
Mato Grosso	49	24	81	154
Pará	352	111	488	951
Paraná	100	34	142	276
Pernambuco	111	39	500	650
Piauí	149	31	67	247
Paraná	31	27	267	325
Rio de Janeiro	46	8	493	547
Rio Grande do Norte	73	39	118	230
Rio Grande do Sul	73	35	525	633
Rondônia	21	10	81	112
Roraima	29	0	45	74
Santa Catarina	17	10	87	114
Sergipe	35	11	117	163
São Paulo	59	18	411	482
Tocantins	92	21	32	145

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Gestão da Educação Pagina: 14